

POLÍTICA E LITERATURA: QUESTÕES EM TORNO DE *O PRESIDENTE NEGRO* (1926), DE MONTEIRO LOBATO

Vinícius Azevedo¹

Leticia Neres da Ponciuncula²

Resumo

Este texto toma o romance *O presidente negro* (1926), de José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), como ponto de partida para examinar o debate intelectual em torno da eugenia no Brasil daquele tempo. Nosso objetivo é compreender o autor e as ideias contidas na obra nos limites de sua época, buscando, assim, contribuir para o debate em torno dos escritos deste autor ao situar a referida obra em perspectiva histórica, um século após a publicação. Para tal, inicialmente apresentamos a eugenia como a ideologia das elites intelectuais que buscavam uma solução para as chagas sociais do Brasil do início do século XX; em seguida, introduzimos o contraponto produzido pelos comunistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a exemplo de Astrojildo Pereira e Edison Carneiro, bem como em outras publicações da imprensa partidária. Argumentamos que, ao desvendar os reais interesses das classes exploradoras e de seus interlocutores intelectuais, os comunistas ofereceram um importante contraponto à eugenia numa época em que tais ideias circulavam livremente tanto entre a intelectualidade quanto nas instâncias de decisão, cujo registro literário encontra-se em *O presidente negro*.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. *O presidente negro* (1926). Eugenia. Política e literatura. Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Politics and literature: issues surrounding *O presidente negro* (1926), by Monteiro Lobato

Abstract

This text takes the novel *O presidente negro* [*The Black President*] (1926) by José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948) as a starting point to examine the intellectual debate surrounding eugenics in Brazil at the time. Our objective is to understand the author and the ideas contained in the work within the limits of its era, thereby seeking to contribute to the debate about this author's writings by placing the aforementioned work in historical perspective, a century after its publication. To this end, we first present eugenics as the ideology of intellectual elites who sought a solution to the social ills of early twentieth-century Brazil; subsequently, we introduce the counterpoint produced by communists associated with the Brazilian Communist Party (PCB), such as Astrojildo Pereira and Edison Carneiro, as well as in other party press publications. We argue that, by unveiling the real interests of the exploiting classes and their intellectual spokespersons, the communists offered an important counterpoint to eugenics at a time when such ideas circulated freely both among intellectuals and in decision-making spheres, the literary record of which is found in *O presidente negro*.

Keywords: Monteiro Lobato. *The Black President* (1926). Eugenics. Politics and literature. Brazilian Communist Party (PCB).

¹ Mestre e doutorando em Educação Escolar pela UNESP, campus Araraquara, com bolsa CAPES-DS. Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: vinicius.azevedo@unesp.br

² Graduada em Ciências Sociais pela UNESP, campus Araraquara. E-mail: lponciuncula@unesp.br

Resumen

Este texto toma la novela *O presidente negro* [*El presidente negro*] (1926) de José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948) como punto de partida para examinar el debate intelectual en torno a la eugenesia en el Brasil de aquella época. Nuestro objetivo es comprender al autor y las ideas contenidas en la obra dentro de los límites de su tiempo, buscando así contribuir al debate en torno a los escritos de este autor al situar dicha obra en perspectiva histórica, un siglo después de su publicación. Para ello, presentamos inicialmente la eugenesia como la ideología de las elites intelectuales que buscaban una solución para las llagas sociales del Brasil de principios del siglo XX; a continuación, introducimos el contrapunto producido por los comunistas vinculados al Partido Comunista Brasileño (PCB), como Astrojildo Pereira y Edison Carneiro, así como en otras publicaciones de la prensa partidaria. Sostenemos que, al desvelar los intereses reales de las clases explotadoras y de sus interlocutores intelectuales, los comunistas ofrecieron un importante contrapunto a la eugenesia en una época en que tales ideas circulaban libremente tanto entre la intelectualidad como en las instancias de decisión, cuyo registro literario se encuentra en *O presidente negro*.

Palabras clave: Monteiro Lobato. *El presidente negro* (1926). Eugenesia. Política y literatura. Partido Comunista Brasileño (PCB).

*No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo
(HEGEL, 1997, p. xxxvii).*

Introdução ou sobre o *corte anatômico* deste trabalho

O choque das raças apareceu pela primeira vez como romance de folhetim no jornal carioca *A Manhã* entre 5 de setembro e 1 de outubro de 1926³. Dois dias antes da publicação do primeiro capítulo, o jornal curitibano *O Dia*⁴ anunciava que o *A Manhã* havia adquirido os direitos do futuro romance de Monteiro Lobato e que sairia em livro dali a quatro meses em outros cinco países: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha. Em dezembro daquele mesmo ano, chegava às livrarias brasileiras como livro publicado pela editora do autor, a Companhia Editora Nacional, como divulgava a nota de

³ Está disponível para acesso digital parte do penúltimo e o capítulo final (capítulos 24 e 25, respectivamente) da publicação do jornal, disponível em: <https://bit.ly/4fwgdYU>. Acesso em 2 ago. 2024.

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3WAL3GP>. Acesso em 5 ago. 2024.

28 de dezembro do jornal paulista *A Gazeta*⁵. A capa do livro estampava o título *O choque* e subtítulo *romance do choque das raças na América no ano 2228*; no entanto, na folha de rosto, o título e subtítulo expressos são outros: *O Choque das Raças ou O Presidente Negro* (mesmo título veiculado como anúncio na edição de 4 de janeiro de 1927 no jornal paulista *Diário da Noite*⁶, e em 5 de janeiro n' *O Jornal*⁷, do Rio de Janeiro), seguido do subtítulo *Romance americano do ano 2228* (LOBATO, 1926⁸).

O único romance adulto de Lobato foi pensado pelo autor duas décadas antes e, em carta de 17 de dezembro de 1905, confessa ao amigo Godofredo Rangel que andava “com ideias dumais coisas à [H. G.] Wells, em que entrem imaginação, a fantasia possível e vislumbres do futuro”, e que iria “semear agora essas ideias e deixá-las se desenvolverem livremente por dez ou vinte anos – e então limito-me a fazer a colheita, caso a plantação subsista, até lá” (LOBATO, 1951a, p. 113, colchetes inseridos). A “colheita” chegou em 1926, quando Lobato assumiu o cargo de adido comercial no consulado brasileiro nos Estados Unidos e visualizou a oportunidade de entrar no mercado editorial estadunidense (PAVLOSKI, 2020, p. 16). Em 8 de agosto daquele ano, descreve a Rangel o roteiro do romance “meio à Wells, com visão do futuro”, editável nos Estados Unidos: “o *clou* será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior⁹, alcançar a raça branca e batê-la nas urnas, elegendo um presidente preto!”, e “acontecem coisas tremendas, mas vence por fim a inteligência do branco” (LOBATO, 1951b, p. 293).

O anúncio de lançamento do livro ocupava grande espaço da folha dos jornais e tinha como chamariz o questionamento sobre o que será do mundo no ano 2228 e, logo abaixo, a promessa de que o livro desvendaria o futuro. A sinopse ainda incluía a afirmação de que “essa obra não se aproxima de nenhuma outra da nossa literatura, lembrando certos trabalhos de H. G. Wells, o

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3Wx8pxm>. Acesso em 5 ago. 2024.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/4d4nZHC>. Acesso em 2 ago. 2024.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3ypCpmE>. Acesso em 2 ago. 2024.

⁸ Nesse e em outros textos da época, empregaremos a grafia tal qual ela se encontra gravada nos documentos aos quais tivemos acesso.

⁹ A noção de que a população negra apresenta uma taxa de crescimento populacional mais elevada pode ter relação com a ideia que relaciona graus de civilidade com graus de natalidade, em que seres “inferiores”, seja na natureza ou na sociedade, tendem a ser mais fecundos. Essa ideia foi exposta por Francesco Nitti, ex-presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália entre 1919 e 1920, no texto “Preconceitos e erros acerca da população – a ilusão do numero”, publicado originalmente na edição de 31 de março de 1928 d' *O Estado de S. Paulo* e republicado em agosto do mesmo ano no *Boletim de Eugenia*, disponível em: <https://bit.ly/3Q8s4Ru>. Acesso em 6 fev. 2025.

impressionante romancista inglês". De fato, Santana-Dezmann (2022, p. 63) demonstra que a obra se coloca como uma das primeiras distopias da história da literatura, atrás de *Nós*, de Evgeni Zamiatin, escrito entre 1920-1921 e publicado em 1924. Outra passagem da sinopse publicitária revela o pano de fundo ideológico do romance: a vitória da "nova ideia da Eugenia e da Eficiência" nos Estados Unidos do século XXIII, observada por meio das lentes de um maquinário inventado pelo professor Benson no século XX. Entre as funcionalidades desse dispositivo, destaca-se a capacidade de realizar *cortes anatómicos* que permitem vislumbrar os acontecimentos em torno da 88.ª eleição presidencial daquele país.

O romance é uma ficção científica, apresentada em duas linhas temporais: o momento presente e a narração do futuro, de forma que o futuro é narrado como um fato passado. O livro divide-se em duas histórias: na primeira, os personagens principais são Ayrton Lobo, funcionário da empresa Sá, Pato & Cia, cujo ramo não é especificado, exceto pela descrição das tarefas de Ayrton: "[...] meu serviço era todo na rua, recebimentos, pagamentos, comissões de toda espécie" (LOBATO, 2020, p. 29), professor Benson, cientista inventor do *porviroscópio*, a máquina que permite visualizar o futuro, e Jane, ou miss Jane, filha de Benson e igualmente dedicada ao estudo científico e às invenções do pai. A segunda história acontece no ano de 2228, no contexto das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em que os candidatos são o presidente Kerlog, líder do Partido Masculino; miss Evelyn Astor, líder do grupo das elvinistas – seguidoras do elvinismo, uma teoria filosófico-científica cuja ideia central é a de que as mulheres teriam origem em uma espécie aquática e não seriam as fêmeas naturais do homem. Por fim, o candidato James Roy Wilde, ou Jim Roy, líder da Associação Negra.

O panorama dos Estados Unidos de 2228 é o de uma nação dividida entre mulheres elvinistas, homens brancos e negros. O país se consolidou como uma nação modelo, que alcançou o pleno desenvolvimento por meio da realização máxima do projeto de eugenia. A pele dos negros havia sido despigmentada e, no desfecho da trama, seus cabelos alisados permanentemente por um método descoberto por John Dudley, o cientista criador das invenções responsáveis pelo aperfeiçoamento das raças. O cabelo era o último traço fenotípico que ainda diferenciava a população negra, descaracterizada de todos os seus traços raciais, e que, por iniciativa própria, procurava os métodos para o embranquecimento. Ao fim

do romance, quando a descoberta do alisamento capilar foi noticiada, “cem milhões de criaturas reviraram para o céu os olhos agradecidos” (LOBATO, 2020, p. 170). A destituição dos traços físicos raciais prometia a “camuflagem” e o reconhecimento, mesmo que artificial, da humanidade escondida por trás do fenótipo africano.

De nossa parte, tomamos como *recorte anatômico* o quadro da época e das ideias aventadas na sociedade brasileira quando da publicação d’*O presidente negro*, na intenção de contribuir com o debate sobre o autor e sua obra. Com esse propósito, num primeiro momento, apresentamos a eugenia como ideologia das elites intelectuais em busca de uma solução para as chagas sociais do Brasil do início do século XX para, em seguida, introduzirmos o contraponto defendido pelos comunistas naquela época.

A elite intelectual brasileira no *cronizador*: ideologia e eugenia

O termo eugenia, junção dos termos gregos εὖ (bom, nobre) e γενής (nascimento), aparece pela primeira vez pela pena de Francis Galton (1822-1911), polímata inglês primo de Charles Darwin. Para Galton (1883, p. 25, tradução livre), essa palavra expressa a “ciência do melhoramento genético”, cuja ideia é tomar “conhecimento de todas as influências que tendem, em qualquer grau remoto”, para “dar às raças ou linhagens sanguíneas mais adequadas uma chance maior de prevalecer rapidamente sobre as menos adequadas do que teriam de outra forma”. Nas primeiras décadas do século XX, a prática eugênica ganhou força com a política de esterilização realizada em alguns países. Os Estados Unidos lideraram essa tendência, com leis específicas a partir de 1907, no estado de Indiana, e em 1909 nos estados de Washington, Connecticut e Califórnia. Quase duas décadas depois, em 1928, Canadá e Suíça regulamentaram leis eugenistas. A partir daí, a prática se espalhou pela Europa, com destaque para a Dinamarca em 1929, Noruega e Alemanha em 1934, e Finlândia e Suécia em 1935 (DIWAN, 2003, p. 30).

Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1993), é a partir de 1870 que chegam ao Brasil as doutrinas de pensamento nascidas na primeira metade do século XIX, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. Essas teorias representaram formas diferentes de interpretar a realidade, mas, como herdeiras do Iluminismo, tinham em

seu horizonte a categorização e classificação do mundo, e a aplicação da filosofia e das ciências no progresso da humanidade. As teorias raciais do século XIX são tributárias dessas linhas de pensamento e contribuíram para a formação das ciências sociais, em especial a antropologia, utilizando-se de estudos que hoje entendemos como pseudocientíficos: a frenologia e a antropometria. Essas duas teorias surgiram a partir de estudos médicos que se baseavam na observação e comparação de crânios de indivíduos de diferentes estratos sociais, ocupações e trajetórias. Seu objetivo era identificar padrões anatômicos que justificassem a capacidade cognitiva e outras características psicológicas com base na forma e no tamanho da caixa craniana. O racismo científico teve rápida adesão entre as elites que, com a abolição da escravidão, encontraram nesse conjunto de teorias uma justificativa para a manutenção da hierarquia social (SCHWARCZ, 1993).

Lembremos da doutrina filosófica fundada por Auguste Comte. O positivismo vislumbrava a dominação completa da natureza pelo homem por efeito da industrialização, desígnio que só poderia ser alcançado por meio da observação racional e objetiva dos acontecimentos históricos. A análise estatística permitiria a ordenação e a previsão dos fenômenos por meio da observação rigorosa dos dados da experiência. O método da teoria positivista fundou a sociologia na esperança de constatar leis gerais no mundo dos homens, além da previsibilidade dos fatos e do protagonismo da ação humana na criação das condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento das sociedades. Podemos enxergar o propósito de desvendar leis gerais que ordenassem a vida humana nos estudos da frenologia, cujo objetivo era consolidar uma “[...] interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Esses fundamentos são espelhados no romance de Lobato na descrição dos benefícios que os Estados Unidos tiraram das leis espartanas.

Em *O presidente negro*, podemos visualizar a clareza que Monteiro Lobato tinha dessas doutrinas, ao comparar as duas “soluções” possíveis para o problema racial, uma colocada em prática nos Estados Unidos, a outra, no Brasil. Com as melhorias proporcionadas pelo higienismo, por meio de uma série de leis instituídas pelo Ministério da Seleção Artificial, o primeiro eliminou inúmeras categorias de pessoas “defeituosas”. Nos Estados Unidos

de 2228 extinguiram-se os “peludos, [...] surdosmudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas”, e os “mal-formados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana” (LOBATO, 2020, p. 96-97). A lei Owen é a síntese das ideias eugenistas apresentadas como coluna de sustentação da sociedade estadunidense, pois proibia a reprodução de qualquer indivíduo que pudesse “[...] prejudicar com má progênie o futuro da espécie” (LOBATO, 2020, p. 96). Não havia casamentos interraciais, de modo que as “raças” seriam puras e apresentariam a máxima potencialidade contida na genética de cada uma. A manutenção da “pureza” da raça, além da eliminação pela esterilização dos indivíduos defeituosos (que no final do livro se estende a toda a população negra), era responsável pela qualidade dos americanos e pela primazia entre as nações.

Na direção contrária, no Brasil as raças não se mantiveram puras, pois, de acordo com miss Jane, “o amor matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica” (LOBATO, 2020, p. 91). A miscigenação legou ao brasileiro as piores características morais e físicas de cada raça que constitui a nação, e essa seria a origem do nosso subdesenvolvimento. Schwarcz (1993, p. 61) afirma que, para “os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades ‘puras’, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória”. Essas teorias, em especial o evolucionismo, serviram à “hierarquização de raças e povos”, atribuindo “o conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993, p. 55). Essa interpretação da teoria de Darwin para as ciências sociais originou uma corrente ideológica denominada darwinismo social, que possui sua expressão máxima na eugenia.

O desenvolvimento da genética evolutiva colocou em xeque a existência de raças na espécie humana. A premissa biológica para a formação de uma raça é a presença de diferenciação genética expressiva entre os grupos, o que não é notado em estudos comparativos de mapeamento do genoma das populações humanas (TEMPLETON, 2013). Sabemos que, à época de Lobato, os conhecimentos em genética estavam ainda em seus estágios iniciais. Quando escreveu a Godofredo Rangel confessando suas ideias para o romance, havia apenas

cinco anos que o trabalho de Gregor Mendel, considerado o “pai” da genética, começava a ganhar a notoriedade que merecia. Era um momento histórico de intensas transformações em todos os âmbitos da vida social e, especialmente nas ciências, ainda havia muito a ser descoberto.

Postas no *cronizador* de Lobato (2020, p. 56), o aparelho que permite vislumbrar um determinado momento histórico, observaríamos que essas teorias pseudocientíficas influenciaram o pensamento político da elite intelectual paulista entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A divulgação das ideias eugenistas no Brasil iniciou-se com o médico Agostinho José de Souza Lima. Em 1897, enquanto deputado federal e presidente da Academia Nacional de Medicina¹⁰, ele apresentou uma proposta de lei que instituía o exame médico pré-nupcial obrigatório para impedir o casamento de pessoas portadoras de tuberculose, sífilis ou outras doenças infecciosas (SOUZA, 2008, p. 165). O movimento eugenista brasileiro organiza-se 20 anos¹¹ mais tarde em torno da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira da América do Sul, e estava destinado a prestar relevantes serviços ao país a partir dos “sabios e salutareis princípios da sciencia de Galton”, como celebra Belisário Penna (1920, p. iv). O marco da Sociedade foi a conferência do médico Renato Ferraz Kehl, intitulada “Eugenia”, realizada em 13 de abril de 1917 na Associação Cristã de Moços de São Paulo, a convite de dois empresários estadunidenses. Seis dias depois, a conferência de Kehl é publicada integralmente nas páginas do *Jornal do Commercio*, o que permitiu maior visibilidade entre os intelectuais paulistas. Renato Kehl (1920, p. 9-11) entendia que a eugenia era “a sciencia do aperfeiçoamento moral e physico da espécie humana. [...] Eugenia é a sciencia da boa geração”. A fundação da Sociedade ocorreu em 15 de janeiro de 1918, na presença de 140 membros, no Salão Nobre da Santa Casa de Misericórdia, mesmo local onde se realizavam as sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia (DIWAN, 2003, p. 33-39; SOUZA, 2006, p. 34). A grande conquista da Sociedade Eugênica de São Paulo foi a compilação das

¹⁰ Souza Lima presidiu a Academia Nacional de Medicina em outras duas ocasiões. Essa e outras informações da trajetória profissional estão disponíveis em: <https://bit.ly/3ABUOxm>. Acesso em 23 ago. 2024.

¹¹ Diwan (2003, p. 34) lista outros 7 trabalhos sobre eugenia no Brasil entre 1897 e 1917. O material é composto por uma tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um livro publicado em francês e livros publicados no Brasil.

conferências dos propagandistas da eugenia, publicada em livro sob o título *Annaes de Eugenia*¹² em 1919.

Os divulgadores da eugenia no Brasil julgavam haver propósitos comuns entre eugenia e higiene (DIWAN, 2003, p. 47), e que estes cumpririam papel fundamental na educação e na solução dos problemas do Brasil republicano, profundamente marcado pela escravatura abolida décadas antes e pela formação tardia da classe operária urbana. Para os ideólogos da eugenia, “instruir o povo é desvendar-lhe o palco roseo da vida, é mostrar-lhe o valor da saúde, o caminho da honra e do trabalho”, e “as idéas pregadas pelos evangelistas da harmonia social, só encontrarão terreno semeavel onde reinar a saúde, em terras de individuos eugenicos”, e identificando a eugenia com as tarefas políticas, “cumpre, pois sanear physicamente para em seguida fazer o saneamento politico” (KEHL, 1920, p. 15-16).

Servindo a esse propósito, foi criada em 1918 a *Liga pró-saneamento do Brasil*, pelo médico sanitarista mineiro Belisário Penna¹³. O objetivo central da Liga era combater doenças que assolavam o Brasil, especialmente a ancilostomíase (também conhecida como opilação), a malária e a doença de Chagas, todas causadas por parasitas. Belisário dedicou sua vida às questões de saúde pública, no que chamou de “santa cruzada” pelo saneamento no Brasil. O ideal de melhoramento da raça significava, na prática, a melhoria da saúde pública pelo combate às doenças causadas pela falta de conscientização e infraestrutura que assolavam o país. Dessa forma, o saneamento solucionaria os efeitos da miscigenação, que não seriam mais um problema na formação da nacionalidade brasileira (CASTRO-SANTOS; FIGUEIREDO, 2012). Na obra de Lobato (2020, p. 114), a nação ideal havia eliminado os “três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade – o vadio, o doente e o pobre”, por meio da eugenia, da higiene e da eficiência.

Tanto o embate entre negros e brancos quanto o embate entre homens e mulheres pode ser lido na obra de Lobato pela ótica da relação entre natureza e cultura, como é proposta pelas teorias eugenistas do final do século XIX. Características como a selvageria e a submissão dócil à realidade imposta são apresentadas como inerentes à raça negra, enquanto a raça branca é heroica e racional. Natureza e cultura andam juntas, determinando as ações

¹² Diwan (2003, p. 40) arrola alguns dos artigos e destacamos que a Associação Cristã de Moços sediou duas das conferências propagandísticas: a de Renato Kehl e a de Olegário de Moura.

¹³ Belisário aderiu ao integralismo em 1935, posição que manteve nos últimos anos de vida.

políticas dos agentes no enredo da história: há momentos em que a cultura se sobressai, como nos diálogos entre Kerlog e Jim Roy, em que o candidato branco reconhece a genialidade do seu rival. Em outros momentos, como na formação da Convenção Branca, a raça é a condição primordial que determina as tomadas de decisões políticas. A teoria racial do futuro estabelecia uma relação direta entre natureza – nesse contexto, generalizada como raça – e cultura, tornando-as indissociáveis. A determinação da cultura pela natureza, como argumentamos, foi uma ideia surgida e desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, especialmente após a publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. A conceituação dessas ideias levou ao desenvolvimento do darwinismo social, e sua aplicação prática, a eugenia, pela qual as raças se aperfeiçoariam e corrigiriam os desvios físicos, intelectuais e morais trazidos pela miscigenação. Monteiro Lobato imaginou uma nação ideal em que a eugenia foi levada ao limite no século XXIII, ao aplicar o que era entendido como científico no século XIX.

Como registro literário do pensamento da elite de uma determinada época, Monteiro Lobato retrata o paradoxo entre advogar pela pureza das raças e o projeto de branqueamento racial colocado em prática no Brasil com o incentivo à imigração europeia. Segundo Schwarcz (1993, p. 18), a “saída original” encontrada pelos “homens de ciência” era o cruzamento entre as raças, visto que defender a pureza racial era admitir a impossibilidade da eugenia no Brasil, já muito miscigenado naquela época. Em sua obra, Monteiro Lobato marca uma posição crítica em relação à miscigenação e, por consequência, à solução brasileira, e exalta a segregação racial estadunidense. O livro retoma elementos de teorias eugenistas que basearam a dominação racial na passagem do final do século XIX e início do século XX, que atribuíam à natureza um papel determinante dos comportamentos, qualidades e vícios das raças. Essa associação direta foi considerada científica até o desenvolvimento das ciências biológicas, que pôs em questão a existência de raças na espécie humana. Embora o romance seja uma obra de ficção, a adesão de Lobato às teorias raciais reflete o compromisso que o autor tinha com a produção científica de sua época.

Eugenia *desmascarada*: contrapontos comunistas (1929-1934)

Se no romance de Lobato (2020, p. 107) era miss Elvin a responsável por causar inquietação no Partido Masculino e uma “verdadeira reviravolta no público” com seu livro *Simbiose Desmascarada*, no Brasil daquela quadra os contrapontos à eugenia e às teorias pseudocientíficas podem ser encontrados nas produções em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época chamado Partido Comunista do Brasil. Esse contraste ganha maior relevo se tomarmos que essas incipientes elaborações intercedem no debate intelectual da época a partir dos interesses das classes subalternizadas e em um contexto de perseguição às organizações operárias¹⁴. Entre o final dos anos 1920 e até a metade da década seguinte localizam-se as primeiras produções dos comunistas brasileiros na busca por associar raça e classe na intenção de disputar o movimento negro organizado em ascensão¹⁵. O primeiro esforço nesse sentido está na resenha crítica de Astrojildo Pereira, “Sociologia ou apologética?”, ao livro *Populações meridionais do Brasil* (1920)¹⁶, de Oliveira Viana. O dirigente comunista finalizou o texto em março de 1929, a bordo do navio que o conduzia à União Soviética, tendo sido publicado pela primeira vez em *A Classe Operária* no 1º de maio de 1929 (LIMA, 1979, p. xxxiv).

O objetivo de Pereira era contestar a tese de Viana, que dizia não ter havido luta de classes na formação social do Brasil. O sociólogo escreve que “toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução medieval, toda a evolução moderna se fazem sob a influência fecunda das lutas de classes. Em nossa história, tais conflitos são raríssimos” porque seu surgimento apresenta caráter

¹⁴ É oportuno relembrar que, da fundação em 1922 até o marco temporal escolhido por este trabalho, 1934, o PCB viveu períodos mínimos de legalidade e liberdade: março a julho de 1924 e janeiro a agosto de 1927 (CARONE, 1982, p. 1). Ao todo, até aquele momento, os comunistas foram perseguidos em 11 dos 12 anos de atividade. Isso faz com que os documentos citados nessa seção tenham sido escritos e circulados em períodos de intensa repressão política.

¹⁵ Lima (2015, p. 106-116) narra as tensões entre os comunistas brasileiros e os representantes da Internacional Comunista (Comintern) em torno da “questão negra” no Brasil e as tarefas para a disputa com a Frente Negra Brasileira (FNB).

¹⁶ Fato interessante é que a referida obra de Viana esteve no catálogo das editoras de Monteiro Lobato entre 1922 e 1938. A Monteiro Lobato e Companhia Editores publicou a segunda edição da obra em 1922, enquanto a terceira e quarta edições foram publicadas pela Companhia Editora Nacional em 1933 e 1938, respectivamente (VIANA, 2005, p. 416). A edição que o dirigente comunista tem em mãos é a segunda edição, publicada por Lobato em 1922 (PEREIRA, 1979, p. 172).

“efêmero, ocasional, descontínuo, local”, como na luta dos fazendeiros paulistas contra os jesuítas, a dos oligarcas maranhenses contra os comerciantes monopolistas, dos senhores de engenho contra os mascates, dos bandeirantes paulistas contra os emboabas, dentre outras lutas locais citadas por Viana (2005, p. 234). Pereira (1979, p. 165-167) afirma que a luta de classes fundamental ocorreu entre os indígenas e escravizados contra os representantes dos interesses da metrópole e a aristocracia rural. Argumenta que a luta de classes no Brasil tem suas raízes na descoberta cabralina, em 1500, e se centra na disputa pela posse da terra e de suas riquezas: de um lado, estão os representantes da metrópole portuguesa, como donatários, sesmeiros, capitães-mores, latifundiários, bandeirantes, mineradores, senhores de engenho e fazendeiros; de outro, os povos indígenas. A consolidação da propriedade dos latifúndios gera outro estágio da luta de classes no Brasil, dessa vez com base na exploração do trabalho escravo trazido do continente africano. Astrojildo Pereira (1979, p. 166) declara que “opressão gera a luta” e “os negros lutaram”, e cita o heroísmo e grandeza da organização da “República dos Palmares”, que tinha como referência a figura de Zumbi, tido por Pereira como o “Spartacus¹⁷ negro”. Para o autor, essa luta se deu do desembarque às terras brasileiras da primeira leva de escravizados até a abolição da escravidão, em 1888.

Embora Pereira não coloque em destaque as passagens que podem ser lidas como transposições de teorias eugênicas no livro de Viana, o comunista critica os autores e as bases metodológicas que serviram de fonte para a investigação pelo sociólogo. No prefácio, Viana (2005, p. 50-51) alega que “há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico”, e cita, entre outros, Gobineau e Lapouge, “gênios possantes; fecundos e originais”. Joseph Arthur de Gobineau, antigo assistente de pesquisa e chefe do gabinete de Alexis de Tocqueville quando ministro (GAHYVA, 2006, p. 554), esteve no Brasil em 1869, e para ele o país era degenerado e inviável (SANTOS, 2010, p. 7), cuja solução para a saúde pública e melhoramento da índole moral seria a

¹⁷ Gladiador trácio, líder da revolta dos escravos conhecida como Terceira Guerra Servil (73-71 AEC). Conseguiu escapar com cerca de 70 outros gladiadores após convencê-los a fugirem em busca da liberdade. Refugiaram-se no Monte Vesúvio, onde acolheram muitos escravos fugitivos e alguns camponeses livres. Apiano (1985, p. 150) conta que o exército de Spartacus contava com 70 mil homens.

reprodução com “raças europeias”¹⁸ (GOBINEAU citado por RAEDERS, 1988, p. 240). Já Georges Vacher de Lapouge empregava os termos “eugênico” e “disgênico” para distinguir, respectivamente, os indivíduos considerados geneticamente superiores dos inferiores, conceitos fundamentais da eugenia (SANTOS, 2010, p. 8). É possível ler a incorporação do pensamento dos dois eugenistas feita por Viana (2005, p. 173-174) quando o autor trata dos traços morais e psicológicos característicos dos mestiços de branco e negro:

[...] é lei antropológica que os mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços desta espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade dos seus instintos, na instabilidade do seu caráter. O sangue disgênico, que lhes corre às veias, atua neles como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente, à medida que se sucedem as gerações. Os vadios congênitos e incorrigíveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os espécimens mais representativos desse grupo.

Para Astrojildo Pereira (1979, p. 163-164), *Populações meridionais do Brasil* não é um livro sociológico, mas, antes disso, um livro apologético com verniz científico, porque “todo ele visa justificar, histórica, política e socialmente, o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terras”. Logo após listar as referências elogiadas por Viana em seu prefácio, Pereira arremata: tais autores e suas ciências estão a serviço da classe dos exploradores, tal qual Oliveira Viana no Brasil. A diligência do dirigente comunista em refutar a tese de Viana e inserir os indígenas e escravizados como marco da luta de classes no Brasil foi lembrada por Gilberto Freyre (2003, p. 56 e p. 355) em *Casa-grande & senzala*, publicado pela primeira vez em 1933, dois anos após o texto de Astrojildo Pereira.

A crítica direta à eugenia integra importantes produções comunistas de 1934: no manifesto da conferência do

¹⁸ A opinião expressa por Gobineau compõe o trabalho encomendado por D. Pedro II, em ocasião da Exposição Universal de Viena de 1873 (BRITO, 2013, p. 83). No trecho completo lê-se: “Mas, se em vez de reproduzir entre si, a população brasileira estivesse em condições de subdividir mais ainda os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças de maior valor com as raças européias, o movimento de destruição observado em suas fileiras se encerraria dando lugar a uma ação contrária. A raça se restabeleceria, a saúde pública melhoraria, a índole moral se retemperaria e as mais felizes mudanças se introduziriam na situação social deste odorável país”.

partido, nas páginas da imprensa comunista e na atuação militante de Edison Carneiro. O Manifesto da 1.ª Conferência Nacional do PCB (realizado de 8 a 16 de julho) apresenta um tópico destinado aos indígenas e negros escravizados. O documento afirma que, no regime “feudal-burguês” brasileiro, tais camadas da sociedade sofrem dupla opressão e exploração, como classe e como nacionalidades escravizadas, tendo seus direitos políticos, econômicos, culturais e sociais negados e usurpados; as terras lhes são roubadas, recebem os menores salários e o direito de autodeterminação¹⁹ lhes é negado. A exploração estaria estribada “no conceito escravocrata de raças ‘inferiores’ e raças ‘superiores’, as camarilhas dominantes aproveitam-no para nos explorar, perseguir e maltratar mais ainda” (FUNDAÇÃO DINARCO REIS, 2012). Em 23 de agosto, é a vez do *A Classe Operária*, órgão central do PCB, publicar a posição do partido quanto às eleições daquele ano e ressaltar a defesa dos direitos das nacionalidades e nações oprimidas do Brasil²⁰.

O segundo esforço dos comunistas veio em “Situação do negro do Brasil”, de Edison Carneiro²¹, publicado originalmente nos anais do 1.º Congresso Afro-Brasileiro do Recife, realizado de 11 a 15 de novembro de 1934, organizado por Gilberto Freyre e outros²². Um mês antes, em 17 de outubro, o noticiário comunista *Jornal do Povo*²³ estampava a agitação para o evento na primeira página, anunciando que enviaria correspondentes para acompanhar o Congresso:

¹⁹ Ainda que o documento não utilize essa palavra, é possível identificar a influência da ideia de autodeterminação dos povos (LENIN, 1979, p. 509-556) aplicada em passagens do manifesto, notadamente quando se refere aos povos indígenas, negros e nordestinos. Para os dois primeiros grupos: “o Partido Comunista vos ajudará nas lutas por vossa libertação, desde as lutas pela devolução das terras roubadas e pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, até à luta pelo direito de constituídes vossos próprios governos separados do governo federal e estaduais, cominho pelo qual vós podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios”. E destinado aos nordestinos: “[...] o Partido Comunista apoia decididamente e luta junto convosco pelo direito de dispordeis de vós mesmos como nacionalidade em formação, isto é, a lutar para que tenhais o direito de possuir vossos próprios costumes, vossa própria língua e de viver como bem entenderdes e resolverdes, sem dar satisfação a ninguém, inclusive o direito de vos separardes em nacionalidade à parte do governo federal e constituídes vosso próprio governo”.

²⁰ Ver página 4, disponível em: <https://bit.ly/3yElRaM>. Acesso em 13 ago. 2024.

²¹ A segunda edição de seu livro *O quilombo dos Palmares* seria publicada em 1958 pelo selo Brasileira da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, da editora fundada por Lobato, a Companhia Editora Nacional. Duas décadas antes, em 1937, Antônio Joaquim de Sousa Carneiro, pai de Edison Carneiro, havia publicado pelo mesmo selo o livro *Os mitos africanos no Brasil: ciência do folclore*.

²² Os organizadores foram pejorativamente chamados por Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, de “turma extremo-esquerdista”. O escritor católico associava a realização do Congresso ao levante comunista de 1935, como mostram Skolau de e Lima (2020, p. 35-37).

²³ Disponível em: <https://bit.ly/3AfyKIP>. Acesso em 9 ago. 2024.

O JORNAL DO POVO, que tem em seu programma a defesa das massas trabalhadoras, reconhece o valor do 1º Congresso Afro-Brasileiro, a realizar-se em Recife, uma vez que este Congressos (sic) se propõe a estudar, do ponto de vista da sciencia, a posição do Negro no Brasil, desde o período da colonial até os nossos dias; mesmo porque de taes estudos só a uma conclusão chegarão todos os estudiosos do Congresso – a absoluta negação da theoria do negro como elemento inferior de colonização (theoria forjada, 'pour cause', sociólogos sustentados pelos governos interessados, como é o caso, entre nós, do sr. Oliveira Vianna) e a documentação, a mais solida, da situação de explorados e oprimidos que é a dos negros no Brasil.

O *Jornal* ratifica a posição de Astrojildo Pereira sobre a sociologia apologética de Oliveira Viana e antecipa o argumento contra a crença eugenista que Edison Carneiro (2021, p. 74) irá utilizar no Congresso quando declara: “nem há raças superiores, nem inferiores”. O etnólogo baiano toma as contribuições de Lewis Henry Morgan²⁴ para argumentar que “as raças se formaram nos primeiros estágios da Civilização, sob a influência do meio natural” e “a sua marcha ascensional se faz [...] por caminhos uniformes, devido à similaridade da inteligência humana e dos obstáculos que têm de vencer para chegar à dominação da natureza”, concluindo que “o que há, portanto, não é inferioridade ou superioridade racial fixa, [...] mas desigualdade de desenvolvimento econômico” (CARNEIRO, 2021, p. 74).

Carneiro (2021, p. 73-74) também aprofunda as teses do Manifesto de 1934, avaliando que a passagem do regime de trabalho escravo ao regime de trabalho assalariado, expresso politicamente pela Constituição de 1891, foi para os negros “um presente de gregos”. Então com 22 anos, o jovem comunista denunciava que a lei vigente atendia apenas aos interesses político-econômicos das classes dominantes: à população negra e aos proletários indígenas e brancos fora garantido apenas o “direito de morrer de fome”. A liberdade fictícia garantida pela lei transformou a população negra em maioria esmagadora de trabalhadores submetidos a jornadas exaustivas, condições de vida e de trabalho anti-higiênicas e sofrendo opressões raciais; em termos de saúde pública e acesso à educação, nada foi feito para incorporar e adaptar o negro às novas condições sociais brasileiras.

²⁴ Foi a partir das anotações de Marx sobre *A sociedade antiga* (1877) de Morgan que Engels escreveu *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

Na perspectiva marxista de Edison Carneiro, era necessário integrar a luta da população negra contra o racismo à luta do proletariado pela superação do capitalismo, e por isso investe contra o democratismo burguês, que “provou a sua inutilidade na resolução dos problemas do país”. A disputa dos imperialismos estrangeiros pela dominação do mercado interno brasileiro conduziu o negro e o proletário à “comunidade da miséria” representada pela sociedade burguesa, que “em benefício de um punhado de pulhas que não trabalham, que não têm a existência justificada por nenhum trabalho honesto e produtivo”, afirma Edison Carneiro (2021, p. 74), “consagra o tabu da propriedade privada para que esse mesmo punhado de pulhas possa dormir sobre a miséria das classes inferiores da sociedade” – assim, a escravidão e misérias da sociedade semifeudal deram espaço à escravidão e misérias do sistema capitalista. Ao final do texto, o comunista retoma a tese da autodeterminação dos povos aplicada ao povo negro, tal qual descrita no Manifesto, e defende que “os negros conscientes” compreendem que seus interesses coincidem com os do proletariado: acesso à instrução, garantia de alimentos e de direitos, e melhora nas condições de trabalho. Carneiro (2021, p. 75) enfatiza que a reconstrução econômico-política do país passa pela superação da sociedade burguesa dominante no Brasil, porque “somente a sociedade comunista, que reconhece às raças oprimidas até mesmo o direito de organizarem em Estado independente”, “conseguirá realizá-la, abolindo a propriedade privada e acabando, de uma vez por todas, com a exploração do homem pelo homem”.

Outro esforço nessa direção pode ser lido no documento do Socorro Vermelho do Brasil, seção brasileira do Socorro Vermelho Internacional (SVI), instituição fundada em 1922 por iniciativa da Internacional Comunista para prestar assistência aos presos políticos. O panfleto “Chamado do Socorro Vermelho aos trabalhadores negros e às massas populares”, datado entre 1933 e 1934²⁵, mais uma vez denuncia a exploração e as condições de trabalho, ao mesmo tempo que associa o preconceito e as ideias eugenistas aos interesses econômicos imperialistas:

As massas negras do Brasil e de todo o mundo são a mais exploradas e oprimidas. Seus salários são os mais

²⁵ Ainda que o documento não apresente data, a menção aos debates ocorridos na Assembleia Constituinte de 1934, reunida entre 10 de novembro de 1933 e promulgada em 16 de julho de 1934, bem como a Góis Monteiro, ministro da guerra entre janeiro de 1934 e maio de 1935, permite aferir a provável data do panfleto (CHADAREVIAN, 2012, p. 264).

miseráveis, as condições de trabalho as mais penosas! E, além disso, os negros são tratados como raça inferior e desprezíveis devido ao preconceito de cor criado e alimentado pelo imperialismo para, desse modo, tirar maior proveito econômico. Isso indica claramente as massas negras que o caminho de sua libertação e o caminho da luta de classes, ao lado de seus irmãos, os trabalhadores brancos, índios e de todas as cores e nacionalidades! [...] Os feudal-burguezes e os imperialistas tem em vista ahi dois 'benefícios': a liquidação do desemprego e a 'purificação da raça' pelo extermínio da população negra, como já se diz cinicamente na Assembléia Constituinte (extraído de LIMA, 2015, p. 209).

Na sequência do panfleto, os comunistas buscavam apontar a autodeterminação e auto-organização da população negra e a união com toda a classe trabalhadora como saída para garantir as reivindicações e os direitos de existência ante os ataques das classes dominantes:

Formae vossas organizações independentes para lutar pelo direito de ser negro e pelo vosso próprio direito à vida! Não vos deixeis sacrificar nas guerras imperialistas de rapina! Conquistae a direção das Frentes Negras para (sic) lutar concretamente pela vossa autodeterminação, isto é, pelo direito de for- (sic) o vosso próprio governo, vosso Estado, onde posasse ter a religião que desejaes! Uni-vos aos trabalhadores brancos na luta de classe por vossas reivindicações econômicas, políticas e cultuares! [...] Lutae em defesa da União Soviética que é a única pátria de todos os trabalhadores, negros, brancos, índios e de todas as cores! Vinde às fileiras do SOCORRO VERMELHO e, sob nossa bandeira fraterbal (sic), lutae pela liberdade de vossos irmãos de classe, os presos-políticos proletários!

Os comunistas tinham como objetivo atender ao chamado do Comintern para disputar a influência no movimento negro, notadamente na Frente Negra Brasileira, cujas aproximações com os integralistas eram explícitas²⁶. Além disso, buscavam manifestar seu desacordo em relação aos projetos eugenistas debatidos na Constituinte de 1934, especialmente aqueles que tratavam de política imigratória e agrupamento étnico. Com longas justificativas que abordavam os supostos perigos da imigração – considerada capaz de gerar uma “colcha de retalhos etnográfica” contra a qual os

²⁶ A bibliografia sobre as aproximações entre a FNB e a Ação Integralista Brasileira (AIB) é extensa. Rossi (2011, p. 155-157) oferece um panorama sobre essas afinidades, enquanto Domingues (2006) foca na trajetória da principal liderança frentenegrina, Arlindo Veiga dos Santos.

constituintes deveriam adotar uma “profilaxia racial e mental do imigrante” –, os defensores do eugenismo procuravam se resguardar de “qualquer preconceito de raça”. No entanto, suas motivações para barrar ou limitar a entrada de imigrantes asiáticos e africanos encontravam respaldo entre os deputados constituintes, como os médicos Antônio Xavier de Oliveira, da Liga Eleitoral Católica do Ceará; Miguel de Oliveira Couto, do Partido Economista Democrático do Distrito Federal; e Arthur Neiva²⁷, representante do Partido Social Democrático da Bahia.

Miguel Couto propunha, em 30 de novembro de 1933, a partir dos encaminhamentos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, a emenda aditiva número 21-E, que destacava: “é proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção, de 5 por cento, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional” (BRASIL, 1935a, p. 492-493). Já Xavier de Oliveira propôs a emenda número 1164 em 22 de dezembro de 1933, na qual se lia que “para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência” (BRASIL, 1935a, p. 546). Arthur Neiva encabeçou a emenda número 1053 ao artigo 128, parágrafo 2º, que previa que “só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país” (BRASIL, 1935a, p. 211). De certa forma, a intenção dos eugenistas na constituinte era garantir que o decreto sobre imigração, promulgado sob o número 528 em 28 de junho de 1890, sofresse alterações pontuais com a regulamentação. Consta no decreto assinado por Deodoro da Fonseca, que “é inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz”, mas “exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas” (BRASIL, 1890).

À autodeterminação dos povos defendida no panfleto contrastava-se com projetos como o do advogado paulista Theotônio Monteiro de Barros Filho²⁸, eleito pela Chapa Única por São Paulo Unido (agremiação formada

²⁷ Integra a primeira edição de *O presidente negro* uma dedicatória a Arthur Neiva e Coelho Netto, “dois grandes mestres do trabalho, na sciencia e nas letras”, conforme anota Lobato (1926).

²⁸ Pechman (2009) registra que Barros Filho nasceu em Ribeirão Preto e, após graduado em Direito, exerceu a profissão na zona de Araraquara.

por participantes do levante constitucionalista de 1932), que defendia na sessão de 18 de dezembro de 1933 a “fixação do tipo étnico brasileiro”, e para tal propunha a criação de “órgão técnico destinado á coordenação das medidas tomadas pelos Estados nêsse sentido, especialmente as de caráter eugênico e educacional”, que proibisse a “formação, no território nacional, de agrupamentos concentrados de elementos alienígenas uni-nacionais ou uni-raciais” (1935b, p. 274-275). Sob o pretexto de o povo brasileiro ser um “povo atípico”, Barros Filho alegava ser necessário propiciar a fixação inteligente para a raça brasileira futura, trazendo elementos raciais que mais convinham ao país, como ariano sul-europeu, tidos pelo constituinte como os povos oriundos da bacia mediterrânea europeia, tais como os italianos e espanhóis.

Assim, o trabalho dos comunistas era demonstrar que o racismo é um fenômeno social específico do capitalismo, sendo as teorias eugenistas a justificativa pseudointelectual das classes dirigentes para perpetuar a exploração e dominação de uma classe sobre a outra; não havia motivos para lutar pela forma social que os mantinha inferiorizados, e por isso clamavam pela união de toda a classe explorada com os povos oprimidos, visando a derrocada dessa ordem e a construção de outra forma de organização do trabalho e da sociedade, o comunismo. Da mesma forma, as contribuições preocupam-se em entrelaçar a produção e disseminação de ideias racistas com as motivações políticas e sociais. Ao desvendar os reais interesses das classes exploradoras com seus interlocutores intelectuais, os comunistas produziram um importante contraponto em uma época em que tais ideias circulavam livremente entre a intelectualidade e nas instâncias de decisão.

O autor e sua obra no *porviroscópio*: algumas considerações finais

Monteiro Lobato foi um autor notadamente controverso e o debate sobre sua produção literária permanece vivo – é possível haver aí um pouco de relação “causa e efeito”, e como era um publicista (MERQUIOR, 2008, p. 321), isso certamente o agradaria. Caso Lobato, como miss Jane e o professor Benson, acessasse as revelações do futuro por meio do porviroscópio, “o aparelho que toma o corte anatômico do futuro, [...] e o desdobra na multiplicidade

infinita das formas de vida futura que estão em latência dentro da corrente congelada" (LOBATO, 2020, p. 57), veria que foi alvo da paranoica cruzada anticomunista nos anos 1950 a objeto das mais espúrias associações nos últimos anos²⁹.

Decorreram dezenove anos até que uma nova edição de *O presidente negro* fosse lançada no Brasil, em 1945. Em duas décadas, o autor, a obra e a recepção sofreram significativas transformações: o entusiasmo inicial de Lobato fora substituído pelo desinteresse com a obra "há tanto tempo esquecida", como alerta a nota editorial da segunda edição (LOBATO, 1945b). O escrito prometia ser o "hino à Eugenia", como afirma a nota do *A Manhã* de 3 de setembro de 1926 (SANTOS, 2008, p. 72); após publicado, foi parabenizado no comentário d'*A Tribuna*³⁰ de 27 de janeiro de 1927 por ser "sadio" e de "leitura aconselhável", e considerado um "livro excelente" por Chrysanthème n'*O Paiz*³¹ três dias depois; reavaliado nos anos 1940, a crítica julgou o romance como o "único naufrágio", o "pior das suas [de Lobato] obras" (MINCHILLO, 2017, p. 190).

O tratamento dado pelas edições acompanhou o fluxo da recepção: a partir da segunda edição, Lobato retirou as dedicatórias aos eugenistas Arthur Leiva e Coelho Netto³² e fez mudanças de tom em algumas passagens do texto (MINCHILLO, 2017, p. 195-197), mesmo padrão adotado na publicação das suas obras completas iniciada naquele mesmo ano³³. Os editores não esconderam que a eugenia "recebe todas as honras" no romance tido como uma "curiosidade literária", e consideraram que, entre as soluções de aparência "brincalhona" lançadas pelo autor, dentre as quais a própria eugenia, havia pontos de "grande penetração psicológica e social" (LOBATO, 1946, p. 2; p. 125). Isso indica, de certa forma, a intenção dos editores – ou até mesmo Lobato, que estava vivo – em sinalizar, mesmo timidamente, que as ideias contidas no

²⁹ Do primeiro caso, um exemplo significativo é o livro do padre Sales Brasil, *A literatura infantil de Monteiro Lobato ou comunismo para crianças* (1957). Enquanto nas redes sociais e *blogs* proliferam opiniões contendo paralelos com políticos e figuras públicas da atualidade, além de conexões apressadas com ideologias que o próprio Lobato repudiou em vida.

³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3YMc3G6>. Acesso em 16 ago. 2024.

³¹ Disponível em: <https://bit.ly/46RmWZo>. Acesso em 16 ago. 2024.

³² De acordo com Fernandez (s/d, p. 3), uma das frentes de atuação de Coelho Netto enquanto deputado (três mandatos, de 1909 a 1917) foi a busca por fazer do Brasil uma "nação civilizada", e para isso defendeu a "criação de símbolos nacionais que representassem a defesa de valores ligados à disciplina e à eugenia".

³³ Algo semelhante ocorreu com a publicação das correspondências de Lobato com Godofredo Rangel, *A barca de Gleyre*. Na primeira edição, datada de setembro de 1944, há um trecho pejorativo em relação à "mestiçagem" contido na carta de 3 de fevereiro de 1908 (LOBATO, 1944, p. 132-133), que foi suprimido na preparação para a edição das obras completas (LOBATO, 1951a, p. 207).

romance eram ecos do pensamento geral da época. Essa noção é melhor desenvolvida pelos prefaciadores das edições mais recentes, ligando a difusão do racismo científico na intelectualidade e o envolvimento de Lobato com o movimento eugenista (CAMARGOS; SACCHETTA, 2008; PAVLOSKI, 2020).

Monteiro Lobato também mudou entre as duas edições. Trabalhou cinco anos nos Estados Unidos, foi preso durante o Estado Novo por defender a nacionalização do petróleo e, nos últimos anos de vida, aproximou-se do PCB. Na entrevista concedida à edição de 9 de setembro de 1943 da revista *Diretrizes*, que estampava Lobato na capa, o autor fez duas declarações importantes que revelam mudanças em sua postura, influenciadas pela leitura de dois livros: *Um mundo*, do ex-candidato à presidência dos Estados Unidos Wendell Willkie, e *O poder soviético*, de Hewlett Johnson, o deão de Canterbury. Considerou o livro de Willkie “sincero” e ressalta que o autor condena “a situação de desigualdade entre o negro e o branco”³⁴, assim como não admite “imperialismos” e “a predominância de uma classe sobre outra”, e finaliza demonstrando partilhar do mesmo juízo do estadunidense ao afirmar que “quando um livro me agrada, traduzo rapidamente. Traduzi o livro de Willkie numa semana” (LOBATO, 1943, p. 15). O livro de Johnson modificou as ideias políticas de Lobato (1943, p. 15), que confessa que a leitura d’*O poder soviético* o fez descartar as falsas noções que tinha sobre a Rússia soviética. Após a leitura, Lobato (1943, p. 22) passou a estimar aquele país e sua política, e concluiu que “o governo da Rússia é o mais identificado com o povo que nós temos no mundo de hoje”.

A reavaliação política de Lobato é decisiva se a colocarmos no contexto do trato dado à segunda edição d’*O presidente negro* e no envolvimento do literato na campanha de Luis Carlos Prestes, candidato do PCB ao senado nas eleições de 1945³⁵. O último trabalho

³⁴ No livro de Willkie (1943, p. 190, colchetes inseridos, tradução livre), esse pensamento engloba uma crítica à falsa superioridade racial: “A atitude dos cidadãos brancos deste país para com os negros tem inegavelmente algumas das características desagradáveis de um imperialismo estrangeiro – uma superioridade racial presunçosa, uma disposição de explorar um povo desprotegido. Nós o justificamos dizendo a nós mesmos que seu objetivo é benevolente. E, às vezes, tem sido assim. Mas, às vezes, os fins do imperialismo também o são. E a atmosfera moral em que ele [o imperialismo] existiu é idêntica àquela em que os homens – homens bem-intencionados – falam do ‘fardo do homem branco’”.

³⁵ Lobato foi convidado a integrar a chapa de deputados do PCB de São Paulo, como anuncia o *Tribuna Popular* de 11 de agosto de 1945, disponível em: <https://bit.ly/46U4zmD>. Acesso em 18 ago. 2024. Dias depois, em 17 de agosto, o periódico comunista estampa na primeira página o aceite, junto a uma fotografia do literato com José Crispim, um operário do partido com quem Lobato passou um mês e meio na prisão, como recorda com admiração em entrevista daquele ano (LOBATO,

publicado em vida pelo autor, *Zé Brasil* (1947), foi lançado originalmente em folhetim no jornal comunista *Imprensa Popular* por ocasião da campanha de Prestes. O personagem homônimo é um tipo como o antigo Jeca Tatu, mas, dessa vez, é um trabalhador sem-terra que se convence da reforma agrária e combate os latifundiários representados pela figura do Coronel Tatuíra. Zé Brasil encerra sua saga com a certeza de que “quem é contra Prestes e seus companheiros, só prova uma coisa: que não quer mudança nenhuma no mundo. Que quer que tudo fique como está” (LOBATO, 1947, p. 25). Em discurso preparado para o famoso comício de Prestes no Estádio do Pacaembu em 15 de julho de 1945, afirma Lobato (1945a, s/p) para mais de 130 mil presentes³⁶ que o comunista é o candidato símbolo de uma “mudança social” frente a outros programas de candidatos que pregam a “manutenção da ordem”. Pronunciado via telefone, Lobato recorre à analogia na qual a ordem social é como um “enorme canteiro em que as classes privilegiadas são as flores, e a imensa massa da maioria é apenas o esterco que engorda essas flores”³⁷. Reconhece que nasceu e viveu na classe privilegiada, e por isso essa ordem sempre lhe foi muito agradável, mas o que viu dessa miséria nos campos e nas cidades o força a repudiar a ordem social que conserva “o sistema de flores e esterco”. Parece, finalmente, que Lobato conseguiu enxergar *luta de classes* onde antes vira tão somente *choque de raças*.

Talvez *O presidente negro* seja uma daquelas obras que Antonio Candido (2006, p. 34-35) chamou de arte coletiva, isto é, uma “arte criada pelo indivíduo a tal ponto identificado às aspirações e valores do seu tempo, que parece dissolver-se nele, sobretudo levando em conta que, nestes casos, perde-se quase sempre a identidade do criador-protótipo”. E essa arte coletiva se torna cada vez mais nítida à medida que remontamos as forças sociais da época capazes de guiar as escolhas éticas e estéticas do artista-criador. De certa forma, Monteiro Lobato (1951a, p. 341, ênfase no original) chegou a reconhecer isso quando refletia sobre escrever uma obra que jamais seria

1951c, p. 167). A referida edição do *Tribuna Popular* está disponível em: <https://bit.ly/4cDdidX>. Acesso em 18 ago. 2024. No entanto, Lobato teve de rever a candidatura devido ao seu estado de saúde.

³⁶ Azevedo, Camargos e Sacchetta (1998, p. 338) afirmam que o poeta chileno Pablo Neruda estava entre os presentes. Essas informações possivelmente vêm do filme do comício, produzido na época, que abre com uma citação do discurso de Lobato. O filme está disponível em: <https://bit.ly/4cw4oyZ>. Acesso em 14 jan. 2026.

³⁷ Lobato (1986, p. 191) havia usado uma analogia semelhante a essa uma década antes, em carta para Arthur Neiva, datada de 15 de dezembro de 1935, mas com conotação diferente: “a massa popular é possivelmente um resíduo, um detrito biológico. Já a elite que brota como flor desse esterco tem todas as finuras cortesãs das raças bem amadurecidas”.

escrita: a visão sobre a humanidade do ponto de vista extra-humano ou sobre-humano. Afirmou que “toda literatura, todo romance, todo poema, por mais impessoal que procure ser, não passa de um julgamento. A ideia moral, que domina mesmo o autor mais liberto de tudo, *não permite* a simples pintura objetiva”, porque tal pintura “seria um susto e um assombro para o homem, que não consegue jamais conhecer-se a si mesmo porque ninguém o desnuda”. Esse julgamento ao qual se refere nosso autor pode ser entendido do ponto de vista das motivações ideológicas que permeiam a escrita de qualquer escritor. Se assim for entendido, Lobato pintou a expressão da ideologia pseudocientífica de uma época, e *O presidente negro* é seu registro literário. Na esteira dessa reflexão, nos parece infrutífero o debate que tem em vista fazer juízos sem mediações históricas; se o fizéssemos, repetiríamos Ayrton, mas dessa vez com a lente do porviroscópio (LOBATO, 2020, p. 57), o aparelho que vê o futuro, voltada para trás, e teríamos então o *retroscópio*: aflitos, acompanharíamos o passado com as expectativas do nosso tempo.

Referências

APIANO. *Historia romana*, v. II: Guerras civiles (libros I-II). Madrid: Editorial Gredos, 1985. (Biblioteca Clásica Gredos, v. 83).

AZEVEDO, C. L.; CAMARGOS, M. M. R.; SACCHETTA, V. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BRASIL. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte – v. 1: 1933*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935a. Disponível em: <https://bit.ly/3SPnj0L>. Acesso em 14 ago. 2024.

BRASIL. *Assembléia Nacional Constituinte – v. IV: Emendas ao Ante-Projecto de Constituição*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935b. Disponível em: <https://bit.ly/4cqQGxo>. Acesso em 15 ago. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://bit.ly/4ct7aoP>. Acesso em 14 ago. 2024.

BRITO, F. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013.

CAMARGOS, M.; SACCHETTA, V. Um fabulista visionário. *In*: LOBATO, M. *O presidente negro*. São Paulo: Globo, 2008, p. 12-21.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNEIRO, E. Situação do negro no Brasil. *In*: MARTUSCELLI, D. E.; SILVA, J. B. (org.). *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista* [livro eletrônico]. Chapecó: Ed. dos Autores, 2021, p. 72-75. (Coleção marxismo21).

CARONE, E. *O PCB*: v. 1, 1922-1943. São Paulo: Difel, 1982.

CASTRO-SANTOS, L. A.; FIGUEIREDO, R. E. D. Belisário Penna, Combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 21, n. 4, p. 848-857, 2012.

CHADAREVIAN, P. C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

DIWAN, P. S. *O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl. 1917-1937*. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2003.

DOMINGUES, P. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 517-536, jul./dez. 2006.

FERNANDEZ, R. N. *Henrique Coelho Neto*. Verbete. Rio de Janeiro: Acervo CPDOC-FGV, s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3M9Vl6Q>. Acesso em 17 ago. 2024.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO DINARCO REIS. *Manifesto da 1.ª Conferência do PCB*. 10 jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4dm1bTV>. Acesso em 9 ago. 2024.

GAHYVA, H. Tocqueville e Gobineau no Mundo dos Iguais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 553-582, 2006.

GALTON, F. *Inquiries Into Human Faculty and Its Development*. New York: Macmillan and Co., 1883.

HEGEL, H. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KEHL, R. *Eugenía e Medicina Social (problemas da vida)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

LENIN, V. I. Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação. *In*: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 509-556.

LIMA, A. S. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

LIMA, H. F. Apresentação. *In*: PEREIRA, A. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. xi-xxxviii.

LOBATO, M. A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Tomo 1. **Obras completas de Monteiro Lobato em 30 volumes**. 1.ª série: literatura geral, v. 11. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951a.

LOBATO, M. A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Tomo 2. **Obras completas de Monteiro Lobato em 30 volumes**. 1.ª série: literatura geral, v. 12. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951b.

LOBATO, M. A onda verde e O Presidente Negro. **Obras completas de Monteiro Lobato em 30 volumes**. 1.ª série: literatura geral, v. 5. São Paulo: Brasiliense, 1946.

LOBATO, M. Discurso em saudação a Carlos Prestes – comício no estádio do Pacaembú em São Paulo. 1945a. Disponível em: <https://bit.ly/3YQboUn>. Acesso em 19 ago. 2024.

LOBATO, M. Monteiro Lobato vivo. Rio de Janeiro: MPM Propaganda; Record, 1986.

LOBATO, M. **O choque**: romance do choque das raças na América no ano 2228. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926. Disponível em: <https://bit.ly/3XkAnqc>. Acesso em 16 ago. 2024.

LOBATO, M. **O presidente negro ou o choque das raças**: romance americano do ano 2228. São Paulo: Brasiliense, 1945a. Disponível em: <https://bit.ly/3z7JoRH>. Acesso em 16 ago. 2024.

LOBATO, M. **O Presidente Negro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

LOBATO, M. **O presidente negro**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020. (Coleção Literatura Brasileira: identidades em movimento).

LOBATO, M. Prefácios e entrevistas. **Obras completas de Monteiro Lobato em 30 volumes**. 1.ª série: literatura geral, v. 13. São Paulo: Brasiliense, 1951c.

LOBATO, M. Um governo deve sair do povo como fumaça de uma fogueira. Entrevista concedida a Joel Silveira. **Diretrizes**, n. 167, 9 set. 1943, p. 15-16. Disponível em: <https://bit.ly/4dqRZxr>. Acesso em 18 ago. 2024.

LOBATO, M. **Zé Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (coord.). **Dicionário grego-português (DGP)**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

MERQUIOR, J. G. A lição de Lobato. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 57, out./dez. 2008, p. 321-325.

MINCHILLO, C. Engenharia reversa em *O choque das raças*. In: LAJOLO, M. (org.). **Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta** [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017, p. 188-204.

PAVLOSKI, E. Apresentação. In: LOBATO, M. **O presidente negro**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020, p. 5-23. (Coleção Literatura Brasileira: identidades em movimento).

PECHMAN, R. Teotônio Maurício Monteiro de Barros Filho. Verbete. Rio de Janeiro: Acervo CPDOC-FGV, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/4dELt5W>. Acesso em 15 ago. 2024.

PENNA, B. Prefácio. In: KEHL, R. *Eugenia e Medicina Social (problemas da vida)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920. p. iii-iv.

PEREIRA, A. Sociologia ou apologética? In: PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 163-174.

RAEDERS, G. *O inimigo cordial do Brasil: O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSSI, L. G. F. *O intelectual “feiticeiro”: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2011.

SANTANA-DEZMANN, V. Um caipira no *Harlem Renaissance*: Monteiro Lobato. In: SANTANA-DEZMANN, V.; MILTON, J.; D'ONOFRIO, S. T. (orgs.). *Monteiro Lobato: Novos Estudos – III Jornada Monteiro Lobato*. Lünen-Alemanha: Oxalá, 2022, p. 53-66.

SANTOS, R. A. Oliveira Vianna, Eugenia e o Campo Intelectual da Primeira República. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010, Aracaju. *Anais do Congresso*. Disponível em: <https://bit.ly/3WVBvIq>. Acesso em 7 ago. 2024.

SANTOS, R. A. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKOLAUDE, M. S.; LIMA, M. S. *Entre escritos e eventos: Gilberto Freyre e o Congresso Afro-brasileiro* [livro eletrônico]. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.

SOUZA, V. S. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, V. S. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez. 2008.

TEMPLETON, A. R. Biological Races in Humans. *Stud. Hist. Philos. Biol. Biomed. Sci.*, v. 44, n. 3, p. 1-22, sep. 2013.

VIANA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal, v. 27).

WILLKIE, W. L. *One world*. New York: Simon and Schuster, 1943.